

Bolha Ilusória

economia - Brasil

Fazia falta uma atitude de franqueza como a do ministro Pedro Malan no jantar com 23 membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado: reafirmou sua convicção na estabilidade como suporte para o desenvolvimento e declarou que não aceita pressões políticas para mudar os rumos da economia. Foi enfático ao denunciar a intenção política por trás desse coro geral em favor do desenvolvimento.

“Se, por acaso, for para fazer uma bolha de desenvolvimento, não contem comigo”, declarou o ministro da Fazenda, depois de dissertar por 40 minutos aos senadores. “Será preciso arranjar outro”, um fazedor de bolha. Bolhas são, no vocabulário econômico, ilusórias e de duração efêmera. Malan deu a entender que entendia a aflição dos políticos por uma política de benefícios eleitorais de curto prazo mas se recusa por princípio a operar com efeitos especiais. Tudo indica que os presentes entenderam ser impossível convencê-lo a fazer concessões.

Ficou suficientemente claro que os senadores das mais variadas tendências tinham como denominador comum reparos à estabilidade da moeda como base para o desenvolvimento. Pretendiam inverter a ordem ou, pelo menos, alinhar a estabilidade e o desenvolvimento como prioridades gêmeas. O ministro Malan aproveitou a oportunidade para traçar uma linha divisória: é natural que políticos não pensem além da próxima eleição. Ele, porém, não perde de vista a inflação passada, cuja sombra se estende sobre hábitos da sociedade. Os políticos, em sua ânsia eleitoral, sentem aproximar-se a eleição municipal do ano que vem e já se preocupam com a sucessão de 2002. Gostariam de gastar desde já otimismo insustentável sem a estabilidade.

Essa divergência econômica é antiga e reaparece periodicamente quando eleições ficam à vista. E não é apenas a oposição que exacerba a impaciência

popular pelos resultados. O PSDB – do qual o presidente Fernando Henrique é fundador – faz uma espécie de segunda voz no coro crítico à severidade da política econômica. Num tom abaixo da estridência oposicionista, os social-democratas passaram a corroborador de resultados embora sujeitos a interpretações inevitáveis, pois é gente de casa contra a política econômica oficial.

Até quando poderá tal situação entreter a opinião pública? A cobrança dos representantes do PSDB – incluindo dois governadores, Mário Covas (São Paulo) e Tasso Jereissati (Ceará) – amplia a desconfiança de que o pessoal do governo admite a fritura do ministro da Fazenda. A diferença é apenas histórica porque no passado essa receita era conhecida como banho-maria. A reação veemente do ministro, mas temperada com convicção de que os resultados são certos, pelo menos temporariamente dissuadiu os que gravitam em torno do governo da idéia de submeter o ministro a uma opção que não fará.

“Não contem comigo”, avisou Malan, dentro das regras do jogo proposto pelo anfitrião, senador Ney Suassuna: “Arranjem outro para isso.” O ministro da Fazenda confia nos resultados e por isso mantém medidas impopulares, sem definir prazos, embora não faça segredo de que acredita próximo o fim do ciclo de austeridade. A pressão doméstica, dentro do governo, ao contrário do que parece, favorece o jogo da oposição, que é outra bolha ameaçada de desfazer-se aos primeiros efeitos. A estabilidade do real confinou a oposição, no primeiro mandato, a um mínimo sem voz e sem argumento. Se tivesse algo a propor, já teria apresentado para estabelecer o contraste. Estava fazendo falta uma atitude como a de Malan, num país que perdeu o hábito de pedir demissão. Até ministros preferem ser demitidos.